anc X

Governo volta atrás e admite negociar sistema

Correntes só divergem no transitório

As diversas correntes parlamentaristas na Comissão de Sistematização parecem, enfim, ter chegado a um acordo em torno desta forma de governo, enquanto disposição permanente na nova Constituição, mas continuam divergindo quanto às disposições transitórias. Ou seja, em relação à duração do mandato do presidente José Sarney, à forma e à data de implantação do novo sistema, e deverão pedir destaques para emendas diferentes quando a matéria for submetida à votação na Comissão de Sistematização.

Ontem, os líderes peemedebistas na Constituinte, Euclides Scalco; na Câmara, Luiz Henrique; no Senado, Fernando Henrique Cardoso; do PC do B, Haroldo Lima; do PCB, Roberto Freire; e do PSB, Jamil Haddad, divulgaram nota manifestando aprovação à adoção do sistema parlamentarista, "que corresponde aos anseios da maioria das bancadas que representam e que foi muito bem interpretado pelo relator".

Os líderes assumiram também o compromisso de rejeitar a proposta de submeter ao Colégio Eleitoral a decisão sobre o segundo turno, na escolha do futuro presidente da República, "uma vez que a eleição direta no sistema de dois turnos é conquista democrática que deve ser preservada". Reafirmam também não concordar com a implantação do parlamentarismo no âmbito municipal, e que a nível estadual a implantação do sistema não deverá ocorrer antes do término dos mandatos dos atuais governadores.

Se estão de acordo com relação à implantação do sistema parlamentar, conforme garantiu o senador José Fogaça, do PMDB, acrescentando que são majoritários na Comissão de Sistematização, os grupos partidários da nova forma de Governo não conseguiram se entender como e quando ele será implantado.

Cabral insiste na defesa do projeto

Ao defender ontem a implantação do sistema parlamentarista já a partir do próximo ano, como prevê seu substitutivo, o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), admitiu que o País pode não estar preparado para esta mudança, mas acrescentou que, da mesma forma, ainda não reúne condições para muitas outras coisas, e deu um exemplo: «Eu gostaria de ter estadistas no Brasil, em lugar de improvisadores. Mas, como não podemos tê-los, eu quero, pelo menos, ter políticos com sensibilidade».

Ao fazer essas declarações, ontem, no programa «Bom Dia Brasil», da Rede **Globo**, Cabral parecia agastado e rebateu as críticas feitas contra o texto do novo substitutivo que começa a ser votado amanhã na Comissão de Sistematização.

Críticas

Bernardo Cabral foi enfático ao rebater as críticas de que se pretenda reviver o Colégio Eleitoral. «Isto não é verdade. O que existe no substitutivo é que os candidatos a Presidente da República serão eleitos pelo voto secreto, universal e direto. E se nenehum deles obtiver maioria absoluta no primeiro turno, a decisão passa para o Congresso Nacional, que, por sua vez, elegerá o Presidente entre os dois candidatos mais votados. Isto é, se o Congresso quiser, pois haverá ainda a possibilidade de o próprio Legislativo remeter a decisão para uma nova eleição direta».

Com esse processo, explicou o relator, o substitutivo contempla os que alegavam que, amanhã, no sistema parlamentarista, o País poderia ter um Presidente eleito com 40 milhões de votos, que é a maioria absoluta. Só que se nenhum alcançar esse percentual, haverá então a eleição indireta pelo Congresso.

Plínio garante que PT mantém coesão

A bancada federal do Partido dos Trabalhadores, integrada por 16 membros, votará maciçamente no sistema presidencialista de Governo, segundo informou ontem o deputado Plínio de Arruda Sampaio, para quem essa posição já está definida e todos a respeitarão.

Dos 16 membros da bancada, oito são de São Paulo e já realizaram uma reunião para examinar o assunto.

Segundo o parlamentar paulista, "entre os petistas na Câmara existem alguns companheiros que têm plena simpatia pelo sistema parlamentar de Governo. Porém, desde que a direção nacional do partido, após consultas às bases, decidiu pelo presidencialismo, todos seguirão essa orientação".

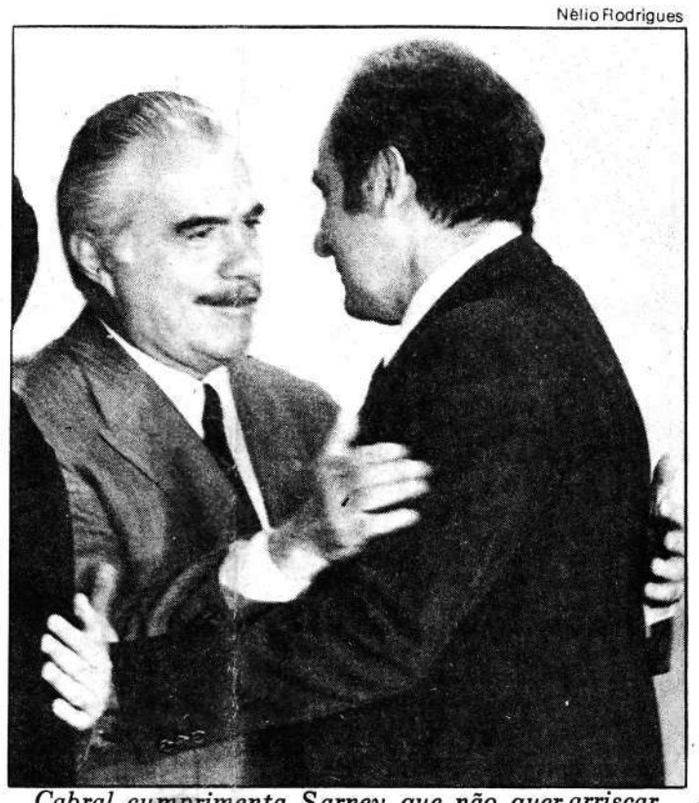
Disciplina

Indagado sobre a possibilidade de na hora de votação em plenário alguns deputados reverem suas posições, Plínio de Arruda Sampaio disse não acreditar nessa hipótese. "A decisão pelo presidencialismo foi tomada depois de demoradas consultas às bases estaduais e municipais. Disciplinados como somos, obedeceremos à orientação do partido".

Jesemar Gonçalves

Sarney Filho e Sant'Anna após reunião

Nélio Rodrigues



Cabral cumprimenta Sarney que não quer arriscar

Eufóricos, os parlamentaristas agora elogiam texto de Cabral

Os parlamentaristas estão eufóricos: o Palácio do Planalto, apesar das reiteradas manifestações em contrário, já estaria absorvendo a mudança do sistema de governo num processo lento e cauteloso, para não parecer barganha e nem uma posição de fraqueza. A proposta de um plebiscito junto com as eleições municipais de 1988, ressuscitada pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, na realidade foi concebida no Planalto.

O projeto do relator Bernardo Cabral, recebido com decepção pelos parlamentaristas no primeiro instante, é agora visto por eles como o grande instrumento de negociação. No sábado passado, sem exceção, os parlamentaristas tratavam Cabral como um «traidor». Agora, o exaltam por ter, em meio ao tumulto, percebido o melhor caminho para assegurar a mudança do sistema de Governo.

O Planalto porém, continua a trabalhar pelo presidencialismo. A tentativa do deputado Carlos Sant'Anna, líder do Governo, de um entendimento com o PT e PDT é prova disso. Mas, segundo o deputado parlamentarista Israel Pinheiro Filho, o Planalto já percebeu que isto é inviável e vai, aos poucos, alternando sua opção de sistema de Governo.

Alianças

O deputado Genebaldo Correia, coordenador da bancada do PMDB baiano, diz, animado, que a votação do sistema de Governo na Comissão de Sistematização produzirá alianças distintas na parte permanente e na transitória. Ele está convencido de que os parlamentaristas aprovam, unidos, o texto permanente.

Na votação das disposições transitórias, os parlamentaristas mais moderados unem-se com os políticos que votarem no presidencialismo, atendendo ao Planalto, e aprovam o gradualismo e um mandato maior para Sarney.

O deputado Ibsen Pinheiro, primeiro vice-líder do PMDB na Câmara, concorda com Genebaldo. Ele entende que a grande negociação com o Planalto vai se dar após a votação do texto permanente, quando o Governo sentirá necessidade efetiva de um acordo para a mudança gradual do sistema de Governo.

Mas, desde já os canais de negociação estão sendo desobstruídos por constituintes parlamentaristas, como o senador José Richa e o deputado Cid Carvalho, com bom trânsito com Sarney. Eles estão tendo a ativa colaboração de dois deputados da mais absoluta confiança de Sarney — Sarney Filho, do PFL, e seu primo Albérico Filho, do PMDB.

Lourenço contesta Ulysses

O restabelecimento de eleições indiretas, com o ressurgimento do colégio eleitoral, foi assunto decidido na residência do deputado Ulysses Guimarães, na última quinta-feira à noite. Quem garante isso é o líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), ao contestar afirmação de Ulysses no sentido de que o substitutivo do relator Bernardo Cabral não refletiria, em relação às eleições indiretas, a posição do PMDB. Lourenço disse que só peemedebistas participaram dessa reunião.

"Vocês acham" — indagou Lourenço — "que uma proposta dessas ia surgir apenas da cabeça do relator?". Lourenço manteve encontro ontem com o presidente Sarney, com a participação também do deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), do líder governista na Câmara, Carlos Sant'Anna (BA) e do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, para fazer uma avaliação da força dos presidencialistas. Pela conclusão do líder do PFL, a avaliação não foi muito boa: "Dos 49 peemedebistas que compõem a Comissão de Sistematização, somente 12 estão com o Presidente da República", reclamou ele.

Esforço

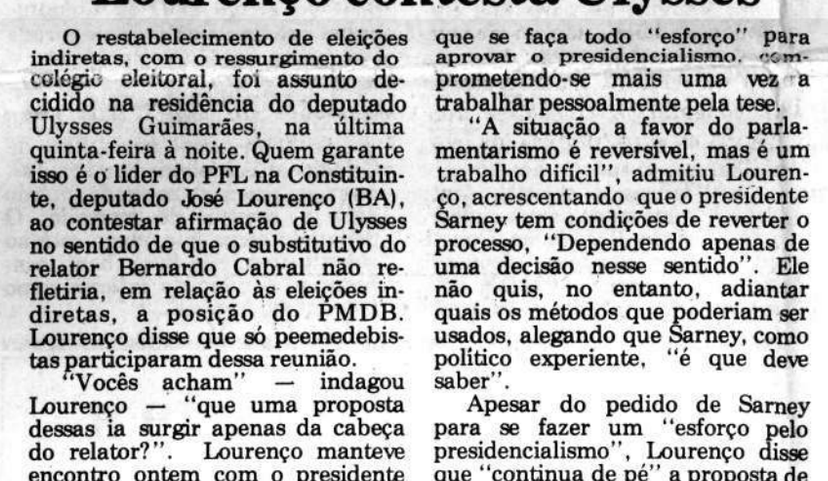
José Lourenço informou que o presidente Sarney pediu novamente que se faça todo "esforço" para aprovar o presidencialismo, comprometendo-se mais uma vez a trabalhar pessoalmente pela tese.

"A situação a favor do parlamentarismo é reversível, mas é um trabalho difícil", admitiu Lourenço, acrescentando que o presidente Sarney tem condições de reverter o processo, "Dependendo apenas de uma decisão nesse sentido". Ele não quis, no entanto, adiantar quais os métodos que poderiam ser usados, alegando que Sarney, como político experiente, "é que deve saber".

Apesar do pedido de Sarney para se fazer um "esforço pelo presidencialismo", Lourenço disse que "continua de pé" a proposta de aceitação do parlamentarismo, desde que aliada à realização de um plebiscito. Negou ainda que o Presidente da República esteja indignado com o PMDB, em decorrência da proposta de Bernardo Cabral de implantar o parlamentarismo imediatamente.

Lourenço disse que não está preocupado com a possibilidade de implantação do parlamentarismo, mas sim "preocupado com o País", e indagou se é possível governá-lo através desse sistema de governo, diante da existência de um partido, "como o PMDB, que propõe eleições indiretas".

Nélio Rodrigues



Aureliano foi o que mais falou após a solenidade no Mirad

Aureliano desconhece pressões

"Não se faz pressão sobre o Congresso. Faz-se avaliações, e discute-se em cima dessas avaliações", afirmou ontem o ministro Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, ao enfatizar que não vê nada de "estranho" nas discussões em torno da forma de Governo a ser adotada no País, com a ação do Palácio do Planalto a favor do presidencialismo, contrapondo-se à tendência da Constituinte, que seria a favor do parlamentarismo.

Aureliano Chaves foi o único ministro do PFL que se dispôs a falar mais demoradamente sobre o substitutivo do relator Bernardo Cabral, após a solenidade de posse do ministro Jáder Barbalho, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, conversou pouco com os jornalistas e depois se retirou apressado, enquanto o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, limitou-se a dizer que o substitutivo "deixa muito a desejar". Ele criticou a manutenção do ensino público gratuito em todos os níveis, e, em relação ao parlamentarismo (sistema de Governo que ele defende), disse que não deve ser implantado "no meio de um mandato".

Realidade

Aureliano Chaves lembrou que é presidencialista e continua achando que o parlamentarismo "não é o sistema de Governo que se ajuste à realidade brasileira", nem mesmo à "realidade americana" de um modo geral.

Quanto à idéia de um plebiscito para saber se o povo quer o parlamentarismo, Aureliano disse que se trata de "hipótese perfeitamente válida", embora não traga nenhuma novidade, pois já foi feito durante o governo João Goulart. "É uma hipótese que pode se repetir, mas quando experimentamos o plebiscito, a maioria esmagadora destinou seu voto ao presidencialismo", lembrou o ministro.

Líderes repudiam colégio eleitoral

Os líderes do PMDB (na Constituinte, Senado e Câmara Federal), do PSB e dos dois partidos comunistas, que defendem o sistema parlamentarista, irão pedir destaque supressivo para retirar a proposta de submeter ao colégio eleitoral a decisão sobre o segundo turno, na escolha do futuro presidente da República, conforme prevê o substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). As lideranças vão tentar derrubar também o dispositivo que amplia a implantação do regime de gabinete a níveis municipal e estadual.

Os seis líderes divulgaram, ontem, nota repudiando a proposta de decidir a eleição presidencial através do colégio eleitoral uma vez que "a eleição direta no sistema de dois turnos é conquista democrática que dever ser preservada". Todos os líderes manifestaram sua aprovação quanto à adoção do sistema parlamentarista que acreditam corresponder aos anseios da maioria das bancadas que representam.

Quanto a implantação do Sistema de gabinete, a nota destaca que o sistema não deve ser adotado a nível municipal e que no âmbito estadual não deverá ocorrer antes do término do mandato dos atuais governadores. Pelo PMDB, o documento é assinado pelos líderes na Constituinte, deputado Euclides Scalco (PR), no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP) e na Câmara, Luis Henrique (SC).

Sobre a implantação do sistema parlamentarista, se gradual ou de imediato, o senador Fernando Henrique Cardoso afirmou que o assunto ainda não foi tratado pelos líderes partidários que defendem a adoção do regime de gabinete. "O assunto deve ser apreciado dentro das disposições transitórias e, portanto, deverá ser discutido pelo grupo após a aprovação do sistema de governo", explicou.

Fernando Henrique Cardoso garantiu, ontem, que o grupo parlamentarista dentro do PFL continua decidido a aprovar o sistema de gabinete, conforme o líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli (RS), assegurou ao grupo parlamentarista do PMDB. Segundo os cálculos do senador gaúcho transmitidos a Fernando Henrique, 14 dos 24 representantes do PFL, na Comissão de Sistematização, votarão pelo parlamentarismo.

Indicativo

Tanto parlamentaristas como presidencialistas estavam, ontem, interessados no destaque apresentado pelo deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG), da corrente parlamentarista, que propõe a retirada a expressão "primeiro-ministro" do artigo 11 parágrafo 4° do capítulo referente à nacionalidade. Ocorre que a iniciativa do deputado visa definir uma preliminar sobre o sistema de governo. Caso a proposta seja rejeitada, servirá como um indicativo que o grupo parlamentarista está forte dentro da Comissão de Sistematização e, na hipótese contraria, indicaria que os presidencialistas é que detêm a maioria dos votos naquela comissão.

Memélia Moreira

O Governo já admite negociar o parlamentarismo. Este é o primeiro resultado da reunião de avaliação sobre a tendência da Constituinte em relação ao sistema de governo. A reunião que se encerrou às 13h00 foi realizada no Palácio do Planalto, entre Sarney, parlamentares da Aliança Democrática fiéis à orientação do Presidente, além do consultor-geral da República, Saulo Ramos e o ministro Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da presidência.

A decisão em admitir a negociação sobre parlamentarismo não exclui a orientação dada por Sarney para que se esgotem todas as possibilidades de consenso para a aprovação do presidencialismo. Apesar disto, o Presidente concluiu que o Governo não pode se "arriscar" a manter uma posição de força dentro da Assembléia Constituinte.

Não há grandes dificuldades para o Governo em garantir a maioria pró-presidencialismo dentro da Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte. Esta foi uma avaliação apresentada a Sarney, mas que ele analisa cuidadosamente, para saber até que ponto vale a pena assegurar uma maioria em condições de demonstração da força do Governo. Se a garantia é interessante para o País. A resposta a estas indagações será dada com outras reuniões de avaliação que continuam, sendo feitas entre o Presidente e os parlamentares.

Convicção

Sarney quer não apenas aprovar o presidencialismo, mas convencer os constituintes de que este é o melhor sistema para o momento político do País. Ele continuará tentando persuadir os constituintes, para isso, solicitou a seus ministros, na última sexta-feira, que concedam "mais atenção aos parlamentares", segundo informação do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, que participou da reunião dos ministros no Palácio da Alvorada, sexta-feira última.

A equipe do presidente Sarney garante a ele que há 50 votos garantidos em favor do presidencialismo dentro da Comissão de Sistematização e uma "pequena maioria" no plenário. Sarney, entretanto, não confia integralmente nestes dados. Prefere checar todas as informações e, na reunião de ontem, levantou o problema. Os participantes da reunião não escondiam o ar tenso por terem apresentado um quadro distante da realidade da Assembléia Constituinte.

Sarney não quer se enganar e exige o quadro real. Já antecipando dificuldades na negociação pelo presidencialismo, em virtude das lideranças terem se diluído, o Presidente deixou uma brecha para se defender contra quem quisesse acusar o Governo de ter recuado. Depois da reunião com os ministros no Palácio da Alvorada, ele mandou um recado: "Em face da possibilidade do Congresso encontrar uma solução de consenso, o Presidente da República não seria, jamais, obstáculo e, apoiaria".

Planalto já tem plano para caso de derrota

Carmem Kozak

O Palácio do Planalto já tem definidas as estratégias para atuar na Comissão de Sistematização em favor do sistema presidencialista, mas preparou também uma ação, a ser desencadeada pela liderança do Governo na Câmara, caso ocorra uma derrota e vença o parlamentarismo. Nessa hipótese, os parlamentares ligados à Presidência da República — coordenados pelo deputado Carlos Sant'Anna — concentrarão os esforços na aprovação de diversos destaques que aumentam as atribuições do presidente da República.

Apesar do otimismo do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, que garante a vitória do grupo na Sistematização, alguns de seus interlocutores confirmam as dificuldades de adesão a tese do presidencialismo que estão sendo enfrentadas, principalmente, no PFL. Segundo os cálculos de ontem, divulgados pelo vice-líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa, os presidencialistas têm mais de 50 votos na Comissão, número que flutua diariamente por causa da indefinição dos pefelistas.

Frente a essas indefinições os presidencialistas traçaram uma estratégia, que de acordo com Sant'Anna, "evitará a fragmentação do grupo". A partir de agora eles não tem uma emenda preferencial, ou seja, a liderança do Governo já admite aprovar — ressalvados os destaques — qualquer uma das cinco propostas que estão sendo analisadas. Os destaques dos presidencialistas foram feitos às emendas Theodoro Mendes, Brandão Monteiro (PDT-RJ), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Manoel Moreira (PMDB-SP) e a do senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

Adesões

Essa estratégia facilitou ainda mais a concretização do acordo com o PT e PDT. Ontem à tarde, Sant'Anna se reuniu com o deputado Vivaldo Barbosa, que apresentou o primeiro destaque sobre sistema de Governo que tem a preferência na votação. Eles analisaram a possibilidade da emenda do PDT ser a primeira na apreciação do plenário. Para o líder do Governo, "não importa qual delas será aprovada", já que só depois da alteração do sistema de Governo para o presidencialismo é que serão discutidos os detalhes.

Das cinco emendas destacadas não foram incluídos os itens relativos à duração de mandato do Presidente, moção de censura dos ministros militares e decretos-leis — que até o momento não são temas consensuais entre os membros do grupo presidencialista. Cada uma delas trata os assuntos de maneira diferenciada. A emenda do PDT, por exemplo, que tem a preferência de chegada, admite a censura aos ministros militares, estabelece um prazo para a apreciação dos decretos-leis pelo Congresso Nacional que se não for cumprido implicará na rejeição, e deixa o presidente Sarney e seus sucessores com um mandato de quatro anos. Esses pontos contrariam os dispositivos das emendas Theodoro Mendes, Manoel Moreira e Ricardo Fiúza, mas segundo o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, essa estratégia impedirá a divisão interna do grupo e garantirá "os votos necessários".

Avanço pouco significativo

O trabalho desenvolvido pelo Palácio do Planalto e pelos constituintes mais ligados ao presidente José Sarney em favor da aprovação do presidencialismo na Comissão de Sistematização da Constituinte praticamente não teve nenhum resultado significativo, nas últimas 24h00.

Anteontem, dos 93 integrantes da comissão, 50 eram parlamentaristas e 43 presidencialistas. Em relação aos números anteriores, houve apenas a conquista do apoio de um ex-parlamentarista, o deputado José Luís Maia (PDS-PI), à causa presidencialista.

Ontem, mais um ex-parlamentarista mudara de posição, mas seu nome era mantido sob reserva, a fim de não prejudicar o trabalho de aliciamento pró-presidencialismo desenvolvido pelo Governo.

"O Governo" — admitia o deputado Heráclito Fortes, do PMDB do Piauí — "está-se expondo muito no encaminhamento dessa questão".

Para o representante piauiense, dificilmente seria possível a reversão do quadro de partidários do parlamentarismo e do presidencialismo, embora lhe parecesse que alguns equívocos estivessem sendo cometidos nas avaliações de quem é parlamentarista ou presidencialista na Comissão de Sistematização da Constituinte.

Impopularidade

Já o líder do PCB na Assembléia, deputado Roberto Freire (PCB-PE), considerava definida, em favor do parlamentarismo, a maioria absoluta da Constituinte. "O melhor que o Governo tem a fazer é não pressionar os constituintes" — frisou Freire. "Afinal, o presidente José Sarney está impopular e a sociedade brasileira parece interessada em antecipar o mais que puder o término de seu mandato", afirmou.

Outra tentativa de pressão que lhe parece também inútil é a que possa envolver as Forças Armadas.

"Nada disso" — insistiu Freire — "vai resolver. Pelo contrário: em vez de mudar votos a favor do presidencialismo, a **lobby** do Governo pode mudá-los em benefício do parlamentarismo".

Mas o líder do PCB reconhece, ainda, que é grande a reação quanto ao parlamentarismo com seis anos de mandato para o atual Presidente, admitindo, por isso, que o acordo final na Constituinte dar-se-à em torno do parlamentarismo, com mandato de apenas cinco anos para Sarney.

Arquivo 12/3/87

Heráclito: Governo se expõe